



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 86/XIII/ 3.ª SL

Aos 10 dias do mês de outubro de 2017, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

15:00 - Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, requerida pelo PCP e pelo BE, para «prestar esclarecimentos relacionados com o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge»

15:00 - Audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, requerida pelo PCP e pelo BE, para «prestar esclarecimentos relacionados com o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge»

A reunião foi presidida pela Vice-Presidente da Comissão, Deputada Maria Antónia de Almeida Santos, que começou por dizer que é com muito gosto que recebe o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para prestar esclarecimentos sobre o presente e o futuro do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA). Referiu a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra aos requerentes, seguindo-se a intervenção dos restantes Grupos Parlamentares.

A Deputada Carla Cruz apresentou o [requerimento](#) que solicita a audição de um conjunto de entidades sobre o presente e o futuro do INSA, sendo esta a última audição sobre a matéria. Reiterou a importância do INSA, o qual se deve manter na esfera pública, recordando que se trata de uma importante estrutura de referência na saúde, como os casos do sarampo e da legionela o comprovaram. De acordo com informações do ex-Reitor estaria previsto integrar o INSA na Universidade Nova de Lisboa (UNL), tendo sido criados dois grupos de trabalho, um formal, coordenado pelo Professor Manuel Sobrinho Simões e outro informal. Colocou várias questões, perguntando, nomeadamente, se o Ministro teve conhecimento da criação do grupo informal e quais os seus objetivos, se o grupo elaborou algum documento propondo a integração e qual é a avaliação dessa possibilidade.

O Deputado Moisés Ferreira salientou que desde a apresentação do [requerimento](#) que solicita um conjunto de audições, entre as quais a do Ministro da Ciência, já passaram meses, dispondo-se agora de mais informação, nomeadamente que o grupo de trabalho informal deixou de reunir desde essa altura. Mas ainda subsistem dúvida, pelo que coloca questões sobre se estava prevista a integração do INSA na UNL e a



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 86/XIII/ 3.ª SL

efetivação de contratos-programa e qual foi a intenção de constituir o GT informal e se a alteração de financiamento do INSA não o prejudicaria.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro disse que o assunto já foi bastante discutido nas diversas audições sobre a matéria. Deu nota de que em abril o INSA poderia estar numa pré fase de integração na UNL e as declarações do Reitor da UNL deram nota da existência de um grupo informal e de uma eventual privatização. Referiu que o Bastonário da Ordem dos Médicos teria declarado que o Diretor Geral de Saúde, em nome do Governo, estaria a negociar essa integração, o que confere uma certa gravidade. Perguntou ao Ministro se foi ponderada essa possibilidade e se houve um grupo informal para a preparar.

A Deputada Marisabel Moutela lembrou que foram ouvidas várias entidades sobre o assunto e o PS está esclarecido, estando a audição esvaziada de conteúdo. Não se deve misturar um GT oficial, constituído formalmente, com um grupo de trabalho informal, que entende debater o assunto e fazer propostas. Não existe qualquer intenção de integrar o INSA na UNL, têm existido parcerias com a Universidade, o que é diferente. O que se pretende é dotar Portugal de uma dimensão científica e de investigação capaz de ser competitiva e isso seria possível unindo sinergias do INSA com outras entidades académicas e de investigação e retirar mais-valias.

A Deputada Ana Rita Bessa saudou a vinda do Ministro para falar de um problema que já foi analisado sob vários ângulos. Foi criado um grupo de trabalho formal para avaliar a criação de uma agência de investimento biomédica e também foi criado um grupo de trabalho oficioso que pretendia estudar uma aproximação do INSA à Universidade. Tudo visto e ponderado parece que, ou não houve problema, ou deixou de haver porque a Comissão de Saúde se interessou pelo assunto, ou a questão ainda está em aberto. Perguntou se deveria haver uma aproximação do INSA à Universidade através da criação de uma PPP ou uma simples aproximação para investigação.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior agradeceu as questões. Começou por dizer que o assunto está completamente ultrapassado porque o Grupo de Trabalho criado em abril de 2016 já apresentou o Relatório Final em 29 de maio. Disse que o futuro da investigação clínica em Portugal e na Europa é premente que seja discutido. Fez uma introdução dos factos desde a chamada reforma dos Laboratórios do Estado de 2006, que incentivou a articulação entre os Laboratórios do Estado e a comunidade científica. O assunto é premente e devem ser abordadas as



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 86/XIII/ 3.ª SL

questões críticas e olhar para alguns setores como a investigação clínica na saúde pública, a necessidade de ter bases de dados de saúde pública em Portugal e de criar bio bancos na Europa, daí a criação do grupo de trabalho para abordar a relação do INSA com a Universidade para promover a investigação clínica. O problema é complexo e não tem uma única solução e ele próprio, o Ministro da Saúde e o Professor Sobrinho Simões abordaram essas temáticas. Disse que reuniram duas vezes com os reitores e outras entidades, que foram levantadas várias hipóteses de articulação do INSA com os Hospitais e a Universidade, que o ex-Reitor expôs as suas ideias e a opção de integrar ou articular foi analisada. No final de maio o GT apresentou um relatório dizendo claramente que o INSA não deve fazer parte de uma agência, não apontando para qualquer integração. Terminou referindo que só conhece um Grupo de Trabalho e o Relatório que apresentou, sendo com esse que trabalha, no entanto considera positivo que outro grupo tenha reunido e trocado opiniões. Na Europa discutem-se hoje os apoios para a investigação clínica e a sua principal sinergia é tentar atrair financiamento para a saúde pública. Em 25 de outubro estará em Bruxelas a discutir como deve ser financiada a articulação dos Laboratórios do Estado com a comunidade académica.

Na 2.ª ronda usaram da palavra para comentar e pedir esclarecimentos os Deputados Moisés Ferreira, Carla Cruz e Cristóvão Simão Ribeiro, a que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior respondeu em conjunto.

A Presidente em exercício agradeceu ao Ministro da Ciência as informações prestadas, dizendo que a Comissão estará sempre disponível para o receber.

A reunião foi encerrada às 16:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida no presente [link](#).

Palácio de São Bento, 10 outubro 2017.

A VICE-PRESIDENTE


(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 86/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
José António Silva
José Luís Ferreira
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Ana Rita Bessa
António Topa
Elza Pais
Francisco Rocha
José Silvano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Jorge Falcato Simões
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luísa Salgueiro
Miguel Santos
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a Senhora Deputada:

Eurídice Pereira